

A ADOÇÃO INTER-RACIAL: POR UMA CORRETA COMPREENSÃO DA PROBLEMÁTICA DA RAÇA

Matheus Rodrigues (Autor)

Caroline Sátiro de Holanda (Coautora)

Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas – FACISA

direito@unifacisa.edu.br

RESUMO

Este ensaio, de cunho qualitativo e bibliográfico, tem por objetivo tratar da adoção inter-racial, partindo-se do pressuposto que o racismo ainda é mal compreendido pela sociedade brasileira, visto que a simples aceitação da inter-racialidade não significa ausência de racismo. Dados do Cadastro Nacional de Adoção (CNA) revelam que os postulantes à adoção têm tido menos óbices à questão racial. Nesse sentido, balizando-se na sociedade brasileira, que tem no racismo uma forma de organização social e das estruturas sociais, é possível afirmar que a socialização das pessoas é marcada pela questão racial, de modo que o racismo é subjetivado por todas as pessoas, levando-as a reproduzirem o que se denomina por racismo implícito (preconceito implícito). Sendo assim, embora a escolha por crianças negras e pardas possa ser considerada um avanço, não significa, entretanto, uma completa superação do racismo. Concluímos que os pais adotivos – em geral, pessoas brancas – devem em suas novas funções parentais preocupar-se com a questão racial, não para dar continuidade com o processo de embranquecimento ou de invisibilização da negritude, mas, ao contrário, para ajudar a criança na afirmação de uma identidade negra e, com isso, ter visibilidade.

Palavras chaves: Racismo, Adoção, Negritude.

INTRODUÇÃO

Diferentemente de outrora, em que os pretendentes à adoção tinham nítida preferência por crianças brancas, hodiernamente, esta preferência não tem mais sido uma realidade. Em razão de transformações sociais e do excelente trabalho desenvolvido pelas equipes técnicas pelo Brasil afora, os postulantes já não tem mais colocado restrição em relação à questão da raça, de forma que a maioria, segundo os dados do Cadastro Nacional de Adoção (CNA), aceita adotar crianças negras e/ou pardas.

Essa nova realidade revela uma maior aceitação para com a questão racial, levando a crer que as pessoas têm deixado de ser racistas. Seria, entretanto, tal fato verdadeiro? A simples opção por adotar crianças pardas e/ou negras constitui um indicativo que este postulante não é racista? O que é o racismo? Como ele é subjetivado pelas pessoas que fazem parte da trama social?

O presente artigo parte de um pressuposto básico, qual seja: o racismo, ainda hoje, é mal compreendido pela sociedade brasileira. Sendo assim, de antemão, afirma-se que a aceitação da adoção inter-racial não constitui indicativo da ausência de racismo. Mesmo que estejam muito bem intencionados e que não se considerem racistas, é bastante provável que os postulantes dispostos a realizar uma adoção inter-racial reproduzam o racismo, embora de forma implícita e não intencional.

Este ensaio tem por objetivo tratar da adoção inter-racial, buscando oferecer uma correta abordagem da questão racial, em especial, na adoção. Com isso, pretende-se demonstrar que a simples aceitação da inter-racialidade não significa ausência de racismo. Por mais dedicados, amorosos e bem intencionados que venham a ser os postulantes como pais, se não houver, por parte deles, uma correta compreensão da questão racial, é bem provável que o racismo – embora implícito – seja reproduzido por eles, em suas práticas parentais. Por vezes até, o racismo chega a ser reproduzido como uma tentativa de proteção da criança. Então, somente com uma devida compreensão da questão racial é que é possível exercer uma parentalidade inter-racial, preparando a criança a lidar com um problema que, ainda hoje, é real na sociedade brasileira.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo e bibliográfico, o que segundo Turato (2003), pode permitir uma melhor apreensão dos discursos construídos pelos sujeitos e também uma melhor compreensão do comportamento humano, analisando as significações de um indivíduo acerca dos fenômenos sociais de seu interesse. Nesse sentido, Andrade (2006) considera o estudo bibliográfico a base de uma pesquisa acadêmica, um ponto de partida no desenvolvimento do trabalho. Neste sentido, foram utilizadas fontes bibliográficas primárias e secundárias (textos, artigos e matérias sobre racismo e adoção inter-racial), para o desenvolvimento do presente texto.

DISCUSSÃO

1. O cadastro nacional de adoção e o perfil dos postulantes à adoção

Como dito, os dados do CNA revelam uma mudança de perfil, por parte dos postulantes à adoção que têm, cada vez mais, colocado menos óbices à questão racial. Na data de hoje (16 de agosto de 2017), existem 40.679 postulantes e, destes, apenas 7.658, o que representa 18.83% (dezoito ponto oitenta e três por cento), só aceitam crianças brancas (CNJ, *on line*). Maioria, ou seja, 20.784 postulantes (51.09%) aceitam adotar crianças negras (CNJ, *on line*). Já os pretendentes

que aceitam crianças da raça parda totalizam o número de 32.089, o que representa 78.88% dos postulantes (CNPJ, *on line*).

O CNA também traça do perfil dos adotantes, conforme a região. Na região Norte, do total de 1.296 de postulante, 858 (66.2%) pessoas aceitam crianças negras. Já na região Nordeste, das 4.419 pessoas cadastradas, cerca de 2.504 (56,66%) adotariam crianças negras. No Centro-Oeste, onde se tem 2.879 postulante, 1.784 (61.97%) aceitam crianças negras. Na região Sudeste, que conta com o maior número de interessados para adotar, ou seja, 17.796, o total de 8.940 (50.24%) pessoas têm interesse em crianças negras. Por fim, na região Sul, encontram-se os menores índices de aceitação para adoção de crianças negras, das 11.697 pessoas postulantes, apenas 5.015 (42.87%) se interessam em adotar crianças negras.

Embora o CNA não apresente o perfil socioeconômico dos postulantes, podemos inferir – através de conversas informais com as equipes técnicas e com os juízes das Varas da Infância das Comarcas de Campina Grande e de João Pessoa – que os pretendentes pertencem à classe média/classe alta e que, portanto, trata-se de pessoas brancas, já que, em razão de fatores históricos, as classes sociais, no Brasil, estão também marcadas pela questão racial¹. Em outras palavras, estamos inferindo que os pretendentes dispostos a adotar crianças negras e/ou pardas são pessoas brancas, pretendentes à adoção inter-racial. Aliás, a revista “em discussão” de audiências públicas do Senado Federal (PAGANINE, GUEDES, BRASIL, 2013, p. 22, 23) aponta que a maioria dos postulantes possui renda de classe média, sem, no entanto especificar o que seria uma renda de tal classe². De

¹ Segundo um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) com a Fundação João Pinheiro (FJP) e com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), divulgado pelo portal de notícias G1, no Brasil, a renda média das pessoas negras ainda é metade da renda das pessoas brancas (VELASCO, *on line*). Já de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), 82,8% das pessoas brancas têm domicílio com água canalizada e acesso à rede geral de distribuição de água, enquanto 67,2% das pessoas negras e pardas têm acesso ao mesmo tipo de serviço (IBGE, *on line*). Ainda, 62,7% das pessoas brancas tem acesso a esgoto e fossa séptica contra 39,6% da população negra e parda (IBGE, *on line*). No que tange à escolaridade, pessoas brancas têm mais anos de estudos (em média 6,6 anos) do que as pessoas negras e pardas (4,6 anos) (IBGE, *on line*).

² Os critérios do que seria uma renda de classe média variam imensamente, conforme o órgão de pesquisa. Por exemplo, de acordo com a revista *exame*, “o governo brasileiro, por exemplo, considera que estão neste grupo indivíduos com renda mensal per capita entre R\$ 291 e R\$ 1.019” (CALEIRO, *on line*). A mesma matéria anota que, para o “Pew Research Center”, “é classe média global pelos dados do Pew quem ganha entre 10 e 20 dólares por dia (de US\$ 14.600 a US\$ 29.200 por ano para uma família de 4 pessoas)” (CALEIRO, *on line*). Logo, para “Pew Research Center”, para que uma família seja considerada de classe média ela deve ter uma renda de, aproximadamente, US\$ 1.200 mensais, o que totaliza algo por volta de R\$ 3.200 mensais. A Associação Brasileira de Empresas e Pesquisas (BRASIL, ABEP, *on line*) adota o “Critério de Classificação Econômica Brasil” (CCEB). Este instrumento de segmentação socioeconômica mensura a classe social, não a partir da renda propriamente dita, mas sim do nível de conforto, escolaridade e serviços públicos presentes na vida de cada família. Assim, é feito o levantamento de determinados itens domiciliares (como número de banheiros, existência de água encanada, existência de determinados eletrodomésticos etc.) e o grau escolaridade do chefe de família para diferenciar a população. O critério atribui pontos em função de cada característica domiciliar e realiza a soma destes pontos. Assim, a ABEP classificou as seguintes classes socioeconômicas: A1, A2, B1, B2, C1, C2, D, E. Para integrar a classe C1, faz-se necessária uma renda de aproximadamente R\$ 2.700, classe que este ensaio tomará como definição de classe média.

acordo com os dados trazidos, 39.95% dos postulantes têm renda entre 2 a 5 salários-mínimos, 29.80% têm renda entre 5 a 10 salários-mínimos e 8.12% têm renda superior a 10 salários-mínimos (PAGANINE, GUEDES, BRASIL, 2013, p. 23). Tomando como parâmetro aqueles postulantes que ganham acima de cinco salários-mínimos, seguimento composto por pessoas, em sua maioria brancas, podemos afirmar que boa parte dos postulantes, cerca de 37%, é composta de pessoas brancas que adotarão crianças negras para inseri-las em um mundo de brancos, já que, como dito, a classe social, no Brasil, possui um marcador racial.

Então, embora estejam muito bem intencionados e repletos de amor para oferecer às futuros filhos adotivos, será que estes pais estão preparados a lidar com a questão racial que passará a fazer parte daquela família? É o que se passa a estudar.

2. Raça não é só uma questão de cor de pele! Raça é, sobretudo, uma questão de experiência! Por uma correta compreensão do racismo.

Quando se fala em racismo, no Brasil, a questão é muito mal compreendida. Primeiramente, o senso comum acredita que o racismo limita-se à violência física ou verbal contra uma pessoa, em razão da sua cor de pele. Segundo, não existe a compreensão de que o racismo vem a ser o modo pelo qual a sociedade brasileira se organiza e se estrutura, através de suas organizações sociais, políticas e econômicas, ao longo da História do Brasil.

Em outras palavras, racismo é um modo de organização da sociedade brasileira, mantido através das práticas sociais e das instituições sociais (escolas, Estado, família, Igreja etc), que gera privilégios (muitas das vezes imperceptíveis ao âmbito da consciência) às pessoas brancas. Neste sentido, cabe colacionar as lições de Juliana Borges:

A primeira mercadoria do colonialismo, e seu posterior desenvolvimento capitalista no país, foi o corpo negro escravizado. Este foi um processo que não se fixou apenas na esfera física da opressão, mas estruturou o funcionamento e a organização social e política do país. Sendo assim, as dinâmicas das relações sociais são totalmente atravessadas por esta hierarquização racial. Se, no processo de construção de ideia de descobrimento, o racismo se colocou explicitamente pela instituição da escravidão, ele seguiu pela hierarquização e teorias raciais no transcorrer dos séculos XIX e XX, e foi se refazendo e se rerepresentando em outras configurações neste percurso histórico, permanecendo sempre ali, latente nas relações sociais e pela estrutura e instituições do Estado (BORGES, *on line*).

Para sustentar esse modo de organização social, o conhecimento científico em muito contribuiu, pois ajudou tanto a catalogar as espécies de seres humanos como a construir a ideia de que algumas “raças” são inferiores a outras. Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (2003, p. 96) anota que a biologia criou a ideia de “raça”, que significa que a espécie humana poderia ser classificada em subespécies. Só depois de muito propagada e, portanto, enraizada é que essa ideia foi

desmentida pela própria ciência que, hoje, considerada que biologicamente não há como diferenciar subespécies de seres humanos (GUIMARÃES, 2003, p. 96-97). Então, se o critério biológico de definição de “raça” está ultrapassado, então como a “raça” deve ser compreendida?

“Raça” é, sobretudo, uma construção social decorrente de práticas sociais que hierarquizaram os seres humanos conforme o fenótipo e os signos culturais. O mesmo autor (GUIMARÃES, 2003, p. 104) salienta que “raça” constitui um “conceito sociológico, certamente não realista, no sentido ontológico, pois não reflete algo existente no mundo real, mas um conceito analítico nominalista, no sentido de que se refere a algo que orienta e ordena o discurso sobre a vida social”. Sendo assim, a “raça” deve ser compreendida, sobretudo, como uma questão de experiência, em que pessoas não-brancas vivenciam processos de discriminação por serem associadas aos signos (fenotípicos e culturais) de uma cultura negra.

A hierarquia racial sempre foi fundante da História do Brasil e continua presente como prática social, quer tenhamos consciência quer não. Além da Ciência, o Direito também contribuiu (e ainda contribui) para sustentação desse racismo. Ora, o Direito permitiu a apropriação de pessoas, através da escravatura. De acordo com Juliana Borges (*on line*) “a primeira Lei Criminal do país data de 1830 e já estabelecia regime diferenciado de penalização entre brancos e negros (inclusos os libertos)”. Juliana Borges anota que “com a Primeira República e reformas nas leis criminais, tivemos a criminalização da população negra atingindo novos níveis com a “lei da vadiagem”, que continuou sendo aplicada, fundamentalmente contra negros e pobres, até pouco mais de 7 anos no país” (BORGES, *on line*). E hoje o Direito permanece com práticas segregacionistas raciais, através da aplicação do Direito Penal e do sistema penitenciário³.

As artes em geral também estão marcadas pelo racismo ideológico. Primeiro, as pessoas negras, em razão de processos históricos, não tem acesso à educação artística, seguindo os cânones dominantes daquilo que é considerado “arte”; segundo, a representação das pessoas negras, na maioria das vezes, pelas artes, apenas reproduz o racismo; terceiro, a produção artística e cultural das pessoas negras não é, de acordo com os cânones tradicionais, considerada arte, mas mera excentricidade exótica.

³ Como exemplo paradigmático de práticas segregacionistas pelo Sistema Penal Estatal, cita-se o caso “Rafael Braga”, o catador de material reciclável que foi preso, durante as jornadas de 2013, acusado de porte de aparato incendiário ou explosivo e, com isso, condenado por portar uma garrafa de desinfetante, o que segundo a acusação seria para produzir coquetéis molotov (UOL, *on line*). Em 2017, Rafael, que estava em liberdade, recebeu nova condenação de 11 anos, por suposto tráfico de drogas, segundo relato do policial que o prendeu e cujo depoimento constitui a principal prova. O acusado alegou que em ambos os crimes pelo qual foi sentenciado, a polícia modificou e plantou os objetos ilícitos junto a ele. Enquanto isso, pessoas brancas e de classe média recebem penas bem brandas, quando condenadas, pela prática de crimes.

A educação formal, por seu turno, mais uma vez, apenas repete a ideologia racista, pois repassa a visão do mundo das pessoas brancas, mais especificamente, dos europeus, ignorando a história do continente africano. As poucas referências escolares à negritude referem-se à escravidão e, ainda assim, a questão é pouco explorada. Os livros de história, literatura etc. apenas ratificam a posição das pessoas brancas e negras, na trama social.

A grande mídia (romãs, revistas etc.) não confere às pessoas negras e pardas a mesma visibilidade e representatividade que é conferida às pessoas brancas. O padrão de beleza é algo marcado pela raça, que cada vez mais deve ser branco, magro, jovem e capaz (sem deficiência). Até mesmo no universo de entretenimento pessoal das crianças, ou seja, nos brinquedos, se encontra também a padronização da aparência. Bonecas(os) brancas(os), magras(os), jovens e sem deficiências ainda constituem o padrão, de modo que encontrar um boneco ou uma boneca que represente um padrão não-branco europeu ainda é a exceção (que confirma a regra).

Assim, em sociedades marcadas pelo racismo como modo de organização, o processo de socialização das pessoas e, conseqüentemente, de subjetivação de uma identidade, está marcado pela questão racial. Uma pessoa branca aprende, desde cedo, através das suas experiências individuais e coletivas e de todos esses signos e símbolos, que sua cor de pele lhe garante uma série de passes e concessões na rede social, dentre elas a visibilidade e a representatividade nos mecanismos responsáveis pela formação de opinião e pela educação. Por outro lado, ser negro é ter uma experiência de vida marcada pela invisibilidade, pela exclusão ou pela eterna tentativa de pertencimento à cultura hegemônica branca excludente. Guimarães anota (2003, p. 101) que “é impossível pensar o movimento negro sem pensar que ele continua lutando para ser integrado a essa nação (...)”. Adotar uma identidade negra é, então, adotar uma identidade social, decorrente de uma vida marcada pela exclusão.

Desse modo, o racismo, como forma de organização social, perpassa a todas as pessoas (as brancas e as não-brancas) a visão de que ser branco é bom, enquanto ser negro é algo ruim. Isso é tão sério que as pessoas negras levam um tempo para aceitar a própria negritude e a aceitação da identidade negra vem a ser um processo⁴. Frequentemente, pessoas negras não se intitulam negras⁵

⁴ Em seu texto “Como me descobri negra”, Bianca Santana (2013, *on line*) narra sua experiência de reconhecimento como mulher negra. Quando se dirigia para a Câmara Municipal de São Paulo, Bianca passou pela rua Riachuelo onde viu a placa “Educafro”, um cursinho comunitário. Entrou e se ofereceu como voluntária, foi quando os olhos do Coordenador Pedagógico brilharam. Bianca Santana ouviu deste que seria uma boa referência para os estudantes negros, que veriam nela – estudante da Universidade de São Paulo e da Faculdade Cásper Líbero – que há espaço para o negro em boas faculdades. Bianca deixou o local sem entender muito bem o que tinha ouvido. Só então passou a refletir sobre a própria identidade e percebeu que sua experiência de vida e a de sua família foram marcadas por processos de embranquecimento, que a própria classe social e o ingresso na Universidade lhe ocasionaram. Em suas palavras:

e têm a vida marcada por processos de “embranquecimento”, sendo o alisamento do cabelo um deles. Por mais paradoxal que seja, a negação da própria identidade racial vem a ser, exatamente, um dos fatores que marcam a experiência de negritude e, com isso, ajudam na afirmação da identidade negra, por parte de muitas pessoas negras.

A subjetivação da hierarquia entre pessoas brancas e negras (ou não-brancas), como dito, faz parte do processo de socialização, gerando o que, hoje, denomina-se por “preconceito implícito”. Este tipo de preconceito é chamado de implícito em razão do fato de não ser consciente, mas meramente produzido e reproduzido de forma não intencional por quase todas as pessoas (inclusive as negras). Atualmente, o preconceito implícito vem sendo objeto de estudo pela Universidade de Harvard. Através da aplicação de um teste – *Implicit Association Test* (IAT) (disponível na internet) – está sendo analisada a existência de uma preferência inconsciente por pessoas brancas em detrimento das negras (EDMONDS, *on line*). O teste pede para o voluntário associar pessoas brancas e negras a palavras boas ou ruins, em uma determinada velocidade que não abra tempo para o raciocínio lógico. O objetivo é mostrar o quanto nossas ideias sobre raça são categorizadas, de forma que ligar uma pessoa negra a uma palavra ruim é uma informação mais rapidamente absorvida pelo nosso cérebro⁶. Segundo George Marmelstein Lima (2016, *on line*), “os julgamentos que realizamos se baseiam, muitas vezes, em associações implícitas que existem em nossas mentes e são automaticamente acionadas mesmo que não tenhamos consciência disso”.

Mesmo com uma decrescente diminuição do preconceito explícito, ainda hoje têm-se enraizadas, na sociedade, as inclinações de supremacia branca.

3. A adoção inter-racial e um apelo à superação do racismo: a experiência de bell hooks

No texto “Alisando o nosso cabelo”, bell hooks (2005), uma mulher negra estadunidense, ativista do feminismo negro, descreve suas experiências pessoais, em que vivenciou o processo de embranquecimento e de negação da identidade negra, especialmente, através do alisamento dos cabelos. No contexto (anos 1960, ainda o período da segregação racial americana), era

“Concluí que a ascensão social tinha clareado nossa identidade. Óbvio que somos negros. Se nossa pele não é tão escura, nossos traços e cabelos revelam nossa etnia. Minha mãe, economista, funcionária de uma grande empresa, foi branqueada como os mulatos, que no século XIX passavam pó-de-arroz no rosto porque os clubes não aceitavam negros. Eu fui branqueada em casa, na escola, no cursinho e na universidade”. Bianca Santana percebeu que, por toda a sua vida, dentro e fora de casa, teve sua negritude negada e era rotulada como morena (SANTANA, 2013, *online*).

⁵ Um exemplo ilustrativo é o do jogador Neymar que, mesmo tendo uma experiência de vida marcada pelo preconceito, não se considera negro (BRITO, 2016, *on line*).

⁶ O teste IAT também é utilizado para medir o preconceito implícito contra gênero, orientação sexual, velhice, incapacidades e outros.

extremamente comum que as mulheres negras realizassem o alisamento dos cabelos entre si, como uma tentativa de integração no universo dos brancos.

O alisamento, em grupo, dos cabelos, através do pente quente, a menina negra tornar-se-ia, finalmente, uma mulher, processo, que acaba afirmado um racismo, de forma inconsciente, justamente por negar uma das expressões da negritude, que vem a ser, exatamente, os cabelos crespos. Mesmo tendo um cabelo relativamente liso, bell hooks almejou alisar os cabelos, seguindo o exemplo das mulheres negras com quem convivia. Sobre esta experiência, a autora relata:

Dentro do patriarcado capitalista – o contexto social e político em que surge o costume entre os negros de alisarmos os nossos cabelos – , essa postura representa uma imitação da aparência do grupo branco dominante e, com frequência, indica um racismo interiorizado, um ódio a si mesmo que pode ser somado a uma baixa autoestima (HOOKS, 2005, p. 2).

Para a autora (HOOKS, 2005, p. 3), “o alisamento era claramente um processo no qual as mulheres negras estavam mudando a sua aparência para imitar a aparência dos brancos”, o que acontecia em razão de um “desejo de triunfar no mundo branco” (HOOKS, 2005, p. 3). Obviamente, esse processo de alisamento de cabelos crespos foi muito bem explorado pelo Capitalismo, notadamente pela Indústria da Moda e de Cosméticos. O cabelo crespo é, sem dúvida, um signo muito importante da negritude. Controlar os cabelos crespos é o mesmo que, simbolicamente, controlar o próprio negro, seja através do embranquecimento, seja através da invisibilidades para aquelas pessoas com tom mais claro de pele. Trata-se de problema a ser resolvido, um território a ser conquistado (HOOKS, 2005, p. 4).

Enquanto mulher com afirmação de uma identidade negra e ativista política em prol da negritude, bell hooks finalmente rompeu com o processo de embranquecimento e viu na afirmação da identidade negra, um meio pelo qual, efetivamente, pode sentir-se um ser humano digno de respeito, já que o embranquecimento nunca fora capaz de gerar uma efetiva inclusão. Assim, enquanto professora, a autora encoraja suas alunas na afirmação da negritude. Como exemplo, cita-se o caso da aluna Emily, quem alisava seu cabelo constantemente e considerava que seu rosto não tinha estrutura para utilizar um penteado afro. Confrontando-a, hooks a desafiou a deixar de alisar os cabelos. Depois de debates que enalteciam a cultura e costumes negros, trazendo o desenvolvimento de um senso crítico a aluna, Emily foi levada a uma experiência de autoaceitação e valorização de suas raízes negras e, com isso, deixou de alisar os cabelos. A aluna veio a afirmar sua negritude quando confrontou seu medo de não se embranquecer e percebeu que poderia convencer a si mesmo de não perpetuar a opressão racista (HOOKS, 2005, p. 6).

No fim de seu texto, a autora comenta sobre uma mãe que buscou conversar com ela sobre a obsessão de sua filha de 7 (sete) anos em querer ter o cabelo loiro, até mesmo utilizando uma

peruca. A resposta da problemática estava na própria mãe com seus cabelos lisos, levando para a sua filha a mensagem de que a aceitação viria através de moldar a si mesma para os padrões brancos. Mas o que a experiência de bell hooks tem a ver com adoção inter-racial?

Como apontado no início do ensaio, existe uma questão racial envolvendo a adoção: têm-se, geralmente, pessoas brancas adotando crianças negras para inseri-las em um mundo branco. Neste processo, é bem provável que os pais adotivos, com intuito de proteger as crianças e inseri-las no mundo branco, reproduzam o processo histórico de embranquecimento e negação da negritude. Neste processo, muito provavelmente o primeiro passo será o alisamento dos cabelos das crianças negras adotadas. Este, entretanto, deve ser o enfrentamento correto da questão racial?

Tomando a experiência de bell hooks como exemplo, acreditamos que o enfrentamento da negritude, na adoção inter-racial, deve se dar através de um processo de afirmação e não do embranquecimento. E como trabalhar a afirmação da negritude, na adoção inter-racial, especialmente, com uma criança inserida em um mundo branco, que não proporciona a devida representatividade? Trata-se de uma tarefa árdua que vai requerer um esforço consciente e deliberado dos pais adotivos: primeiramente, para compreensão correta do racismo; segundo, para enaltecimento da cultura negra, o que deve ser feito através da seleção textos (estórias infantis, livros de literatura e de História). Em outras palavras, o papel educativo dos pais adotivos deve ser no sentido de favorecer a valorização da cultura e das raízes negras, tal como bell hook fez com suas alunas. Só assim os pais auxiliarão na formação de jovens e adultos seguros da própria negritude e, conseqüentemente, de si mesmos.

As práticas de empoderamento transmitidas pelos pais adotivos, na experiência inter-racial, serão decisivas para a formação de uma identidade segura e consciente do adotado. É acima de tudo uma decisão política de combater uma sociedade inteira, para que as futuras gerações repensem sobre o racismo e permitam a integração de raças, sem estabelecer padrões segregacionistas. Se esse pensamento não surge do seio familiar, com a quebra das normas brancas europeias, dificilmente a família estará cooperando para exaltar a criança negra e permitir que, assim como Emily, esta venha a construir um senso crítico sobre a temática racial. Segundo Silvana Rufino (2003, p. 135) quando se pensa no processo de integrar as partes (adotante e adotado), faz-se necessário uma nova maneira de agir na sociedade, repensando o modelo estabelecido, pois quando se tem um encontro entre raças diferentes, é através do diálogo e respeito a essas diferenças, em uma celebração entre elas, que se fara a união harmoniosa e respeito as particularidades de cada uma.

CONCLUSÕES

Tomando por base a sociedade brasileira, que tem no racismo a forma de organização social e das estruturas sociais, é possível afirmar que a socialização das pessoas é marcada por uma questão racial, de modo que o racismo é subjetivado por todas as pessoas, levando-as a reproduzirem o que se denomina por racismo implícito (preconceito implícito). Sendo assim, embora a escolha por crianças negras e pardas possa ser considerada um avanço, não significa, entretanto, uma completa superação do racismo.

Os pais adotivos – em geral, pessoas brancas – devem em suas novas funções parentais preocupar-se com a questão racial, não para dar continuidade com o processo de embranquecimento ou de invisibilização da negritude, mas, ao contrário, para ajudar a criança na afirmação de uma identidade negra e, com isso, ter visibilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 7 ed. São Paulo. Editora Atlas S.A, 2006.

BORGES, Juliana. **A ideologia racista como mito fundante da sociedade brasileira**. Blog da Boitempo. Publicado em 08.08.2017. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2017/08/08/a-ideologia-racista-como-mito-fundante-da-sociedade-brasileira/>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

BRASIL. ABEP. **Critério Brasil 2015 e atualização da distribuição de classes para 2016**. Disponível em: <<http://www.abep.org/criterio-brasil>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Cadastro Nacional de Adoção**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/sistemas/infancia-e-juventude/20530-cadastro-nacional-de-adocao-cna>>. Acesso em 16 ago. 2017.

BRASIL. IBGE. **Indicadores sociais mínimos**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/tabela3.shtm#aaa>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

BRITO, Marcondes. **Racismo abala Neymar por que ele não acha que é negro.** Terceiro tempo. Publicado em: 03/01/2016. Disponível em: <<http://terceirotempo.bol.uol.com.br/noticias/racismo-abala-neymar-por-que-ele-nao-acha-que-e-negro-marcondes>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

CALEIRO, João Pedro. **Você é parte da classe média global? Faça o cálculo.** Revista Exame, publicado em: 30 jul 2015. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/voce-e-parte-da-classe-media-global-faca-o-calculo/>>. Acesso em: 16 ago 2017.

EDMONDS, David. **'Somos todos racistas?': o teste de Harvard que promete revelar preconceito implícito.** BBC Brasil. Publicado em: 06/06/2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/geral-40172331>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

GARCIA, Janina. **Preso com 'Pinho Sol' em protesto de 2013 vira símbolo e inspira mobilização em SP e Rio.** Uol Noticias. Publicado em: 07/06/2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/06/07/preso-com-pinho-sol-em-protesto-de-2013-vira-simbolo-e-inspira-mobilizacao-em-sp-e-rio.htm>> Acesso em: 18 ago. 2017.

GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. Como trabalhar “raça” em sociologia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p. 93-107, jan./jun. 2003.

HOOKS, bell. Alisando o nosso cabelo. **Revista Gazeta de Cuba – União de escritores y Artista de Cuba**, janeiro-fevereiro de 2005. Disponível em: <coletivomarias.blogspot.com/.../alisando-o-nossocabelo.html>. Acesso em: 19 ago. 2017.

LIMA, George Marmelstein. **Palestra: Discriminação por preconceito implícito.** Publicado em: 11/12/2016. Disponível em: <<https://direitosfundamentais.net/2016/12/11/palestra-discriminacao-por-preconceito-implicito/>> Acesso em: 19 ago. 2017.

PEGANINE, Joseana; GUEDES, Sylvio; BRASIL, Thâmara. Casais maduros e de classe média. **Em discussão**, ano 4, n. 15, p. 22-24, maio/ 2013.

PENA JÚNIOR, Moacir César. **Direito das pessoas e das famílias: doutrina e jurisprudência.** São Paulo. Editora Saraiva, 2008.

RUFINO, Silvana da Silva. **Nos elos de uma filiação multirracial.** Agosto/ 2003.

SANTANA, Bianca. **Quando me descobri negra.** GELEDES. Publicado em: 29/01/2013. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/quando-me-descobri-negra-por-bianca-santana/?gclid=CjwKCAjww9_MBRAWWEiwAlaMJZirMENHqNsKfp9ThDkXzATxiTa-ZK6P3USFU6_IPbPWiyDruFrpq5BoCA9YQAvD_BwE>. Acesso em: 17 ago. 2017.

TURATO, Egberto Ribeiro. **Tratado de Metodologia clínico-qualitativa:** a construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas de saúde e humanas. Petrópolis: Vozes, 2003.

VELASCO, Claro. **Desigualdade diminui, mas renda de negros ainda é metade da de brancos no Brasil, aponta estudo.** Portal de notícias G1. Publicado em: 10/05/2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/desigualdade-diminui-mas-renda-de-negros-ainda-e-metade-da-de-brancos-no-brasil-aponta-estudo.ghtml>>. Acesso em: 16 ago. 2017.